

AS NOVAS TENDÊNCIAS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL*

ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**

*Presidente do Superior Tribunal de Justiça
e do Conselho da Justiça Federal*

Os organizadores deste simpósio foram felizes em escolher a sua temática, toda ela voltada para assuntos relevantes e atuais no âmbito do Direito. Cabe-me tecer considerações sobre o tema intitulado "As novas tendências do Direito Processual Civil". Para desenvolvê-lo, é necessário repensar conceitos e princípios básicos do Direito Processual Civil, visando a adequá-los às exigências dos tempos modernos. Sei que, para tanto, faltam-me engenho e arte. Por isso, farei algumas singelas reflexões sobre a matéria, a traduzirem as preocupações de quem, após mais de trinta anos de estudos do Direito, visualizou-a sob a ótica da advocacia, do Ministério Público, do magistério universitário e da magistratura.

O Estado, ao vedar, salvo em casos excepcionais, a autotutela dos direitos, chamou a si a tarefa de solucionar os conflitos intersubjetivos de interesses, fazendo-o mediante o processo. Todavia a doutrina processual, desenvolvida a partir de fins do século passado, teve basicamente uma concepção individualista dos litígios. Daí, entre outros princípios, conferir legitimação para a causa aos titulares do direito subjetivo violado e limitar os efeitos da coisa julgada às partes da demanda: a sentença faz coisa julgada entre as partes entre as quais é dada, diz o art. 472 do CPC.

* Palestra proferida em 15 de março de 1996 no "Ciclo de Estudos Jurídicos em Homenagem ao Ministro Costa Lima" – Fortaleza – CE; em 23 de outubro de 1997, no Auditório do CEUB – Brasília-DF; em 29 de agosto de 1998 no "IV Ciclo Internacional de Conferências" – Cuiabá-MT e; em 25 de novembro de 1998 no "Simpósio Jurídico do Brasil" realizado no Ministério da Aeronáutica – Brasília – DF.



Essa concepção individualista do processo ficou superada, mostrando-se insuficiente para atender às exigências dos tempos modernos, de uma sociedade de massa cada vez mais consciente dos seus direitos, mas em que a grande maioria dos membros sente-se, na prática, impossibilitada de exercitá-los pela dificuldade de acesso aos órgãos componentes do sistema judiciário. Daí o surgimento do fenômeno da litigiosidade contida ou, até mesmo, cada dia com mais frequência, o uso do meio de solução de conflitos próprios das sociedades primitivas, a violência, fazendo-se justiça pelas próprias mãos.

É, pois, preciso repensar a Justiça. E, no desempenho dessa tarefa, impõe-se que se tenha em conta não apenas, como até aqui tem acontecido, os operadores do sistema judiciário, mas especialmente os consumidores da justiça. Não se pode olvidar que, no regime democrático, a atuação precípua do Estado, levada a efeito pelos seus órgãos, há de visar sempre à afirmação da cidadania. De nada adianta conferirem-se direitos aos cidadãos, se não lhes são dados meios eficazes para a concretização desses direitos.

As idéias sobre a matéria vêm sendo desenvolvidas em países da Europa e da América em torno do que se convencionou chamar "acesso à justiça", sendo relevantes, a respeito, os sucessivos trabalhos publicados por Mauro Cappelletti e Vittorio Denti.

Em suma, o que pretende essa corrente de pensamento é a abertura da ordem processual aos menos favorecidos da fortuna e à defesa de direitos e interesses supra-individuais, com a racionalização do processo, que quer ser um processo de resultados, não um processo de conceitos ou de filigranas. O a que se visa é a efetividade do processo, sendo indispensável, para isso, pensar no processo como algo dotado de bem definidas destinações institucionais e que deve cumprir os seus objetivos sob pena de ser menos útil e tornar-se socialmente ilegítimo (Cândido Rangel Dinamarco). Acesso à justiça é o acesso à ordem jurídica



justa, no dizer de Kazuo Watanabe. Não tem acesso à justiça aquele que sequer consegue fazer-se ouvir em juízo, como também todos os que, pelas mazelas do processo, recebem uma justiça tarda ou alguma injustiça de qualquer ordem (Cândido Rangel Dinamarco).

Em brilhantes conferências que proferiu sobre o tema, assinalou o Professor Mauro Cappelletti que é muito fácil declarar os direitos sociais, o difícil é realizá-los. Daí que o movimento para acesso à justiça é um movimento para a efetividade dos direitos sociais e a sua investigação deve ser feita sob três aspectos principais, aos quais denominou de ondas renovatórias: a primeira refere-se à garantia de adequada representação legal dos pobres. Como fazê-la? A designação honorífica de advogados não tem mais sentido. Deve-se permitir a escolha de profissionais, instituir órgãos de defensoria pública ou adotar-se sistema misto? Seja qual for a solução, é fundamental que se assegure aos necessitados assistência jurídica integral e gratuita.

A outra onda renovatória visa à tutela dos interesses difusos ou coletivos, com o objetivo de proteger o consumidor ou o meio ambiente. Tem por pressuposto que o conceito de pobreza não se adstringe ao indivíduo carente de recursos financeiros, ou de cultura, ou posição social. É mais vasto: abrange grupos e categorias, como no caso do consumidor. Uma empresa produz milhões de produtos com um pequeno defeito, avaliado em um dólar. Trata-se de interesse fragmentado, pequeno demais para que o cidadão, individualmente, defenda seu direito. Mas, se todos os consumidores, em conjunto, decidirem atuar, estarão em jogo interesses consubstanciados em milhões de dólares e não apenas um. Há, pois, de ter-se em conta os carentes econômicos e os carentes organizacionais.

A terceira onda preocupa-se com fórmulas para simplificar os procedimentos, o direito processual e direito material, como, por exemplo, nas pequenas causas, a fim de que o seu custo não seja superior ao valor

pretendido pelo autor. O tema envolve estudos, entre outros, sobre o princípio da oralidade e da imediatidade, bem como sobre os poderes do juiz e sobre a instrumentalidade do processo.

Em suma, segundo o insigne jurista, os principais problemas do movimento reformador são os seguintes:

a) o obstáculo econômico, pelo qual muitas pessoas não estão em condições de ter acesso às cortes de justiça por causa de sua pobreza, onde seus direitos correm o risco de serem puramente aparentes;

b) o obstáculo organizador, através do qual certos direitos ou interesses "coletivos" ou "difusos" não são tutelados de maneira eficaz se não se operar uma radical transformação de regras e instituições tradicionais de direito processual, transformações essas que possam ter uma coordenação, uma "organização" daqueles direitos ou interesses;

c) finalmente, o obstáculo propriamente processual, através do qual certos tipos tradicionais de procedimentos são inadequados aos seus deveres de tutela.

Diante desse panorama, é alvissareiro que os nossos doutrinadores e legisladores estejam colocando o nosso País em posição de vanguarda. Na verdade, muitos simpósios têm sido realizados, com a presença freqüente, entre outros, do insigne mestre Mauro Cappelletti. Além do que primorosas monografias têm sido publicadas sobre a matéria. Merecem referência, entre outros, os trabalhos de Luiz Guilherme Marinoni (Efetividade do Processo e Tutela de Urgência; Novas Linhas do Processo Civil); Flávio Luiz Yarschel (Tutela Jurisdicional Específica nas Obrigações de Declaração de Vontade); Ovídio Baptista da Silva (Tutela Antecipatória e Juízos de Verossimilhança); Kazuo Watanabe (Código Brasileiro de Defesa do Consumidor); Hugo Nigro Mazzilli (A Defesa dos Interesses Difusos em Juízo: Meio Ambiente, Consumidor e Patrimônio Cultural); José Carlos Barbosa Moreira (Notas sobre o problema da



"efetividade" do processo; Tendências contemporâneas do direito processual civil; Tutela sancionatória e tutela preventiva. Miradas sobre o processo civil contemporâneo), bem como dos que escreveram sobre a recente reforma do Código de Processo Civil, coordenada pelos ilustres Ministros Sálvio de Figueiredo Teixeira e Athos Gusmão Carneiro, entre eles: Cândido Rangel Dinamarco (A Reforma do Código de Processo Civil); Sérgio Bernardes (A Reforma do Código de Processo Civil); Nelson Nery Júnior (Atualidades sobre o Processo Civil) e J. E. Carreira Alvim (Código de Processo Civil Reformado).

Cumprе salientar que a reforma da nossa Lei Adjetiva Civil tem sido feita com vistas a tornar realidade as novas regras atinentes ao que se denominou de "acesso à justiça".

No Brasil, essa grande revolução começou, no plano legislativo, com a edição da Lei da Ação Popular (Lei nº 4.717, de 29/6/1965), assumindo dimensões revolucionárias com a promulgação da Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347, de 24/7/1985), estendida até mesmo à tutela da ordem econômica pela Lei nº 8.884, art. 88, de 11/6/1994, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11/9/1990).

A Lei da Ação Civil Pública, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Defesa do Consumidor instituíram as bases da tutela do direito coletivo em nosso ordenamento jurídico. Esses diplomas legais atribuíram legitimidade ao Ministério Público e a outras entidades representativas de classe, estabeleceram regras sobre a coisa julgada **erga omnes** e **ultra partes** e dispuseram sobre a conceituação das três espécies de direitos e interesses a serem objeto de tutela coletiva: os difusos, os coletivos e os individuais homogêneos.

Tenha-se em conta que a Constituição Federal em vigor, no plano da tutela constitucional das liberdades, criou os institutos do **habeas data**, do mandado de injunção e do mandado de segurança



coletivo, consagrando princípios relativos à tutela jurisdicional coletiva (legitimidade dos sindicatos e das entidades associativas em geral: art. 5º, inciso XXI, e art. 8º, inciso III) e dando feição constitucional aos Juizados Especiais de Pequenas Causas (art. 24, inciso X, e art. 98, inciso I) e à ação civil pública (art. 129, inciso III).

Com essa nova visão, foi recentemente promulgada a Lei nº 9.099, de 26/9/1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, cujo art. 2º estabelece os seus princípios básicos: oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação e a transação.

Diante desse quadro promissor, numa de suas vindas ao Brasil, após elogiá-lo, disse Mauro Cappelletti: *gostaria de saber como está funcionando tudo isso na prática*. Procurou esclarecê-lo o eminente Prof. José Carlos Barbosa Moreira, citando alguns exemplos, colhidos no Estado do Rio de Janeiro, sobre a ação civil pública. Mencionou seis: ação proposta contra certa empresa que gerava efluentes industriais com metais pesados e cimento, que eram despejados no Rio Acari, contribuindo depois para a poluição da Baía da Guanabara; contra Furnas, para impedir o religamento da Usina Angra I, até que se comprovasse a existência de meios eficazes de proteção contra os riscos operacionais; contra a Prefeitura de Petrópolis, para compeli-la a não licenciar construções prejudiciais ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e artístico daquela cidade; contra a Prefeitura de Cabo Frio, para impedir obra pública que ameaçava destruir as dunas características do local; contra a Companhia Siderúrgica Nacional, por causa dos despejos poluentes no Rio Paraíba do Sul; e contra o proprietário armador do navio Mineral Star, que aportou no Rio de Janeiro com problema no seu casco, que poderia ensejar o vazamento de 1.400 toneladas de óleo, provocando verdadeiro desastre ecológico.



Essas ações vêm sendo utilizadas nas várias unidades federativas, visando à transferência de empresa apontada como poluidora (RT 634/63), à restauração de área livre, de lazer do povo, prejudicada por iniciativa administrativa tendente à construção de monumento lesivo à unidade e simplicidade da paisagem (RJTJERS 139/70) e à proteção ao patrimônio público e meio ambiente.

Ao Superior Tribunal de Justiça, já chegaram mais de uma centena de feitos atinentes a ações coletivas, em que foram suscitadas numerosas questões jurídicas, entre outras sobre a legitimação para propô-las, o seu cabimento, a competência para julgá-las. Referiam-se essas ações à defesa de interesses e direitos individuais homogêneos relativos à cobrança de taxa de iluminação pública (RESP 49.272-RS); a danos causados pelo lançamento de poluentes na atmosfera e nos rios (RESP 11.074-SP); ao uso de símbolos pessoais de campanha por candidato eleito, com prejuízos aos cofres públicos (CC 5.286-CE); a danos ao patrimônio público causados por prefeito (CC 3.170-CE); a dano ambiental causado por vazamento de gasolina no estuário de Santos (CC 3.389-SP); a vazamento de petróleo ocorrido no canal de São Sebastião-SP (CC 2.374-SP e embargos declaratórios nele manifestados); à carne importada sujeita à contaminação radioativa, em razão do acidente de Chernobyl (RESP 8.714-RS); à proteção ao patrimônio público e meio ambiente, com relação à exploração das jazidas de cassiterita, situadas em Ariquemes-RO (CC 2.230-RO); à colisão do petroleiro "Penélope" contra o petroleiro "Piqueti", no terminal marítimo "Almirante Barroso" em São Sebastião, com vazamento de grande quantidade de óleo que atingiu as praias vizinhas (CC 2.473-SP); à fixação de anuidades escolares (RESP 38.176-MG, RESP 65.836-MG).

O elenco dessas demandas transindividuais mostra a grande receptividade que vêm alcançando na sociedade e a sua grande utilidade para a população e para a defesa do interesse público.

Por último, cumpre assinalar que os meios alternativos de solução de litígios devem ser difundidos, estimulando-se o uso da mediação, da conciliação e da arbitragem. A respeito, foi promulgada a Lei nº 9.307, de 23/9/1996, também denominada “Lei Marco Maciel”.

Para terminar, penso que é fundamental, para que as novas idéias venham a concretizar-se, a colaboração de todos os que militam no Judiciário (magistrados, advogados e membros do Ministério Público) e até mesmo fora do âmbito daquele Poder (os professores universitários de Direito, por exemplo). É indispensável a mudança de mentalidade e a criatividade, a fim de que novos princípios sejam aplicados na solução dos litígios. A cidadania não pode continuar a constituir privilégio de poucos. De outra parte, é preciso mudar a imagem da Justiça: não se pode admitir que seja visualizada, como tem sido pelo povo em geral, como algo privativo de iniciados. Na república democrática, todo poder emana do povo, que o exerce por seus representantes ou diretamente, nos termos da Constituição (art. 1º, parágrafo único). Cumpre assegurar o acesso da população, especialmente da mais pobre, àquele bem, incluído entre os mais preciosos, a justiça. Nunca houve tanta sede e fome de justiça. É necessário satisfazê-las antes que seja tarde demais.

